

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.675.297 - RS (2017/0127465-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : USAFLEX - INDÚSTRIA & COMÉRCIO S/A
ADVOGADOS : ANA MARIA DE OLIVEIRA ASCARI - RS009137
ALEXANDRE KELLER - RS075921
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

A questão tratada nos autos - "Aplicabilidade da imunidade referente às contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação intermediada por empresas comerciais exportadoras ("trading companies")" (Tema 674) - teve sua repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE nº 759244 SP, Relator Ministro EDSON FACHIN.

Consoante a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional, nos termos dos arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC/2015, justifica o sobrestamento, pela instância ordinária, dos recursos especiais, que tragam em seu bojo a mesma questão jurídica a ser definida pelo STF, para que, após o julgamento do paradigma, a Corte de origem proceda ao juízo de conformação e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.467.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014; QO no REsp 1653884/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/09/2017, DJe 06/11/2017; AgInt no AgInt no AREsp 1339595/PR, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019.

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal a quo**, com a devida baixa nesta Corte, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do RE 759244/SP, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator